

PORTUGAL

10

PERANTE

H. L.

9892

A

GUERRA

SUBSIDIOS

PARA UMA PAGINA

DA

HISTORIA NACIONAL

POR

JOÃO CHAGAS

10^{CENT.}

*14 exemplar destinado ao Museu
da Grande Guerra*
81
92
Off. do
Auctor
Paris julho
1917

JOÃO CHAGAS

PORTUGAL PERANTE A GUERRA

Subsidios para uma pagina
da Historia Nacional



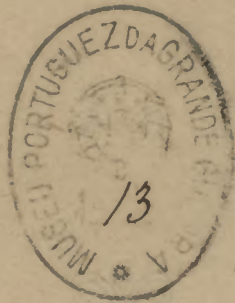
PORTO
TYPOGRAPHIA A VAPOR DA EMPREZA GUEDES
244 - Rua Formosa - 248

1913

JOÃO CHAGAS

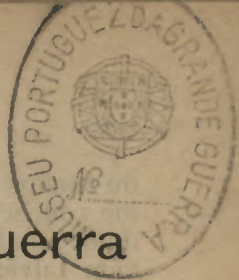
PORTUGAL BERRANTE A GUERRA

Biblioteca para o ensino
da História Nacional



1917

Portugal perante a guerra



O PENSAMENTO que me leva a escrever este opusculo não é o de trazer para um novo debate de vagas conjecturas a questão da participação de Portugal na guerra europeia, mas o de cumprir o que julgo ser um alto dever civico, depondo sobre essa questão com os elementos de apreciação que reuni e dizendo sobre ella toda a verdade que sei.

Já em outubro de 1914 eu fazia saber ao então ministro dos Negocios Estrangeiros, sr. Freire d'Andrade, que me contrariava profundamente ser um dos interpretes officiaes no estrangeiro, da politica de relações externas que eu via estar-se fazendo em Portugal, no caso da guerra europeia, e lhe formulava por esse motivo o meu pedido de demissão. O sr. Freire d'Andrade não o acciellou, mas a sua resolução não modificaria a minha, se os factos ultteriores de que tive conhecimento não me dessem a esperança, que mais tarde reconheci ser infundada, de que a orientação d'essa politica ia ser modificada. O governo de que o sr. Freire d'Andrade fazia parte declarou-se entretanto demissionario e o que se lhe seguiu, o do sr. Azevedo Coulinho, ia talvez definir uma politica mais clara do que aquella que tinha sido feita até então, quando sobreveio o sr. Pimenta de Castro. Este facto poz termo ao conflicto que se levantara entre os meus deveres de cidadão e as minhas funções officiaes, precipitando a minha resolução de as resignar, na impossibilidade em que me encontrava de justificar uma dictadura de reaccionarios perante mim mesmo e perante o Governo de cidadãos livres junto do qual tive a honra de representar o meu paiz.

Hoje, que esse facto me restituiu a minha liberdade de acção, entendo urgente dar cumprimento ao alto dever a que atraz me refiro e que reputo tão imperativo que me julgaria criminoso se não me desobrigasse d'elle.

Numerosos são já os homens publicos e altos funcionarios d'este paiz que intervieram de um modo mais

ou menos activo na grave questão internacional de que me vou occupar n'este opusculo e que estando ou julgando-se inhibidos de se pronunciarem sobre ella, se reservam talvez para deixar dito mais tarde, nas suas *Memorias*, o que ella foi. O sentimento das minhas responsabilidades de cidadão não me permite, a mim, esperar que a Posteridade nos julgue pelas confissões que lhe fizermos. — Temos deveres imperiosos para com o nosso tempo e os nossos concidadãos e não ha capciosas reservas que os possam fazer calar: Acima d'ellas está o interesse publico. Se, porém, nos encontramos — o que ainda não creio — em presença de desastrosos factos consummados, que já não pertençam senão ao dominio dos julgamentos da Posteridade, ainda assim me imponho o dever de fallar, para que ella não possa dizer mais tarde que elles se consummaram porque nos calamos todos.

Este opusculo não é assim um acto politico, mas um acto individual. O que pretendo, ao escrevel-o, não é em rigor mudar o aspecto de uma situação tão compromettida que só um esforço herculeo da opinião nacional a poderá salvar, mas libertar a minha consciencia da responsabilidade de a haver por minha vez tornado possível, com a cumplicidade do meu silencio.

Antes de o escrever, completei o conhecimento que tinha do assumpto que vou tratar, com novos elementos de apreciação, que me permittiram formar sobre elle um juizo seguro. Este opusculo não contribuirá, portanto, para augmentar as obscuridades em que maus genios o pretenderam envolver; será explicito e se não obtiver outra vantagem, terá ao menos conseguido collocar a opinião publica em condições de comprehender e julgar com precisão.

*

* * *

Logo após as declarações de guerra entre as nações da Europa, publicaram as differentes chancellarias os documentos officiaes que se relacionavam com esse grande facto. Publicou-os o Governo Britannico em primeiro lugar, e, logo depois, os publicaram os governos das outras nações belligerantes. A Belgica não deixou de publicar o seu Livro, a Servia, o seu; e, por esses documentos, ficou a opinião d'esses Estados e ficou a Historia habilitada a conhecer com absoluta exactidão os factos que determi-

naram o rompimento das relações entre elles, bem como as negociações diplomaticas que o acompanharam — as notas das chancellarias, as communicações dos chanceleres, os relatorios dos plenipotenciarios, etc., etc.

No decurso da guerra, questões accessorias se tem suscitado que tem dado logar á troca, entre as nações, de documentos diplomaticos. A questão do regimen a que são submettidos na Allemanha os prisioneiros inglezes deu logar á troca de correspondencia entre sir Edward Grey e o embaixador da America junto do Governo Britannico. Pois essa mesma correspondencia accessoria acaba de ser publicada no Livro Branco inglez, como acaba de ser publicado o Livro Vermelho, no qual o Governo austriaco reuniu 148 novos documentos relativos ás negociações diplomaticas austro-hungaras com os governos das nações inimigas. Uma crise politica acaba de se produzir na Grecia que deu logar á demissão do governo Venizelos. Essa crise revestiu um caracter especialmente grave, por se haver produzido em virtude de divergencias de opinião entre o rei e o seu primeiro ministro, a respeito da participação immediata da Grecia na guerra actual, participação a que o soberano se oppunha e que o sr. Venizelos entendia necessaria. Afim de demonstrar as vantagens da intervenção, o chefe do Governo hellenico dirigiu ao rei duas *Memorias*, nas quaes lhe expoz os seus pontos de vista, e diriamos que esses dois documentos deveriam permanecer reservados pelo facto de tornarem publico um desaccordo que punha em discussão a pessoa do soberano. Pois foram publicados na integra nos jornaes da Grecia e em toda a imprensa europeia. Mais tarde, o sr. Venizelos entendeu necessario tornar explicitas as razões da sua demissão aos seus amigos politicos — e como o fez? Tornando publicas as negociações diplomaticas entaboladas entre a Inglaterra e a Grecia, para o effeito da intervenção d'este paiz na guerra europeia. «*No dia 1 de janeiro — disse o presidente do conselho demissionario — o ministro de Ingloterra fez-me saber, em nome de sir Edward Grey, que se a Grecia se dispozesse a soccorrer a Serria, as potencias do Triptice Entente estariam dispostas a fazer importantes concessões territoriaes á Grecia, na Azia-Menor. O ministro de Ingloterra accrescentou . . . etc.*»

Quer dizer, o primeiro cuidado do Estado e dos homens d'Estado modernos é o de submetterem á apre-

ciação da opinião dos seus paizes todas as questões em que elles intervem e possam interessal-a.

Dez mezes se passaram sobre as primeiras negociações que o Governo Portuguez entabou com o Governo Britannico, para definir a nossa attitude perante este e perante o conflicto europeu, e a opinião publica portugueza *não obtere até hoje que as regiões officiaes produzissem um documento que a esclarecesse sobre tão momentoso assumpto.*

Segundo foi oficialmente declarado em sessão do Parlamento, o Governo Britannico pediu o nosso concurso militar e o Governo Portuguez prometteu dar-lh'o, mas a esse pedido de concurso todos se dizem habilitados a fazer objecções e todos a seu respeito se pronunciam, excepto o Estado, que permite se faça em volta d'essa grave questão nacional e internacional uma vergonhosa discussão contradictoria e continúa mudo, como se ella pertencesse exclusivamente ao dominio das polemicas jornalisticas e não interessasse aos governos. Para o governo Pimenta de Castro, por exemplo, semelhante questão não existiu; e assim, ao cabo de dez mezes de politica externa que ninguem sabe definir e que vae de encontro não só a todas as praxes do Direito internacional, mas a todas as regras do decoro publico, o paiz está reduzido a conhecer a nossa posição perante a Inglaterra e perante o conflicto europeu, pelo que lhe diz na *Lucta* o sr. Brito Camacho!

A situação ainda é, porém, mais extranha.

A Grecia e a Romania aprestam-se, segundo se affirma ha muito tempo, a intervir na presente guerra em favor dos alliados, mas ambas estas nações declararam o estado de neutralidade e nenhuma mobilisou, ou organisou ostensivamente as suas forças, com destino aos campos de batalha. Nós não fizemos declaração de neutralidade e fizemos o que ellas não fizeram ainda, isto é, annunciamos oficialmente a organização de uma expedição militar, prompta a juntar-se ao exercito inglez, e tão ostensivamente destinada a cooperar com este nos campos de batalha da Europa que a designamos n'um documento official, a *Ordem do Exercito* n.º 29 de 7 de dezembro de 1914, pela denominação de — *Divisão Auxiliar Portugueza*, nomeamos por decreto o seu commandante e o seu chefe de Estado-maior e as nossas auctoridades militares determinaram a sua composição de um modo tão preciso que na mesma Ordem dispo-

zeram que ás praças que fizessem parte da *Divisão Auxiliar* se distribuissem «*placas de identidade, do padrão em uso, tendo gravada a legenda—PORTUGAL e um numero d'ordem.*»

Comtudo, e como é notorio, esta Divisão não chegou a organizar-se e não chegou a partir, e, passados cinco mezes sobre a publicação da *Ordem do Exercito*, na qual foi oficialmente lançada a publico a noticia da sua organização, o paiz ignora ainda o que isto significa e os poderes publicos nada a este respeito tão pouco lhe disséram. Uma ou outra vez, um ou outro orgão da imprensa insiste em que se esclareça esta situação inexplicavel, mas as suas interrogações ficam sem echo, parecendo todos apostados em que não se falle mais em tal. Da parte do Estado, então, parece haver o proposito tenaz de a affogar em silencio.

Finalmente, os ataques das tropas allemãs na Africa Portugueza tornam a situação tão elara que não ha modo de a obscurecer, ou sophismar. Naulilla foi uma pequena batalha e uma batalha sangrenta. Sessenta e quatro militares portuguezes, entre os quaes alguns officiaes, encontram-se em poder dos allemães, como prisioneiros de guerra d'esse recontro, e tres d'estes succumbiram aos seus ferimentos. Quem nos dá, porém, esta informação? O Governo? Não!—A Cruz Vermelha!

A estes factos corresponde insophismavelmente o estado de guerra, ao estado de guerra a ruptura logica, inevitavel, inadiavel das relações diplomaticas. Esta ruptura não se deu, o ministro da Allemanha continúa a estar acreditado em Lisboa e o ministro de Portugal em Berlim e a opinião espavorida pergunta—o que é isto? o que é esta torpeza? mas os poderes publicos nem se preocupam com estes factos, nem lhe respondem. Tudo o que ella sabe a este respeito é o que mais uma vez lhe diz na *Lucta* o sr. Brito Camacho, isto é, *que tudo se está perfeitamente passando, de perfeito accordo com a Inglaterra!*

*

* *

Não faço ao meu paiz a injuria de acreditar que o facto de esta situação não ter ainda provocado um movimento de indignação nacional seja o resultado do proposito em que elle esteja de o sancionar.

O sentimento publico em Portugal ácerca do que deveria ser a nossa politica em face dos grandes acontecimentos que estão agitando a Europa, manifestou-se de um modo tão expressivo que não é possível duvidar d'elle, e, por outro lado, se o sentimento da dignidade collectiva está obliterado n'alguns individuos, como sempre o esteve através da nossa historia, não o está na collectividade, que, segundo aquella nos ensina, foi quem, em todos os tempos, sempre tomou a iniciativa de a salvar. Foi sempre o povo, em Portugal, que procurou reparar e castigar os erros e os crimes dos que atraíam a nacionalidade.

O estado de perplexidade da opinião publica portugueza, perante os factos a que me tenho referido, resulta por um lado da falta de sinceridade e de clareza dos poderes publicos, que até hoje a deixaram na perfeita ignorancia do que elles sejam, e por outro, da abominavel intriga em que elementos, cujo character mais adiante definirei, tem procurado envolver este caso de politica externa, com propositos claros, uns, outros com propositos menos claros, ambos com o fim de coarctar a acção nacional, em circumstancias taes que—podemos dizel-o desde já—constituem um verdadeiro golpe de morte sobre a vida moral da nação.

Encontra-se o paiz perante realidades taes, que só cegos não as vêem.

A sua situação internacional não tem definição e não tem logar no direito das gentes. Em agosto de 1914 as nações belligerantes communicaram ao Governo Portuguez que se encontravam em estado de guerra. Estabelecem os usos ¹ que a estas communicações se responda com uma *declaração solemne* de neutralidade. O Governo Portuguez não fez esta declaração a qualquer das nações belligerantes. Qual é portanto a situação de Portugal perante estas? A de Estado neutro? Não, porquanto as declarações do Presidente do Conselho na sessão da Camara, de 7 de agosto, exprimem a ideia de um concurso a dar á Inglaterra, o que invalida o principio da neutralidade. «*O Estado*—diz um dos mais modernos e escutados tratadistas de Direito internacional—*perde o direito á neutralidade... se prometter fazer qualquer coisa que possa ser considerada como um acto de assistencia militar*

¹ George Bry - *Précis de Droit International Public.*—pag. 619.

tendo em vista a guerra» ¹. A de Estado belligerante? Também não, pois não procedeu, se assim fosse, de conformidade com o art. 2.º da III Convenção da Haya, de 18 de outubro de 1907, communicando ás nações de um modo «*não equivoco*» a sua situação de belligerante.

Por outro lado, o Governo Portuguez não praticou acto algum preliminar do estado de guerra e não só tem mantido relações diplomaticas com os governos allemão e austriaco, como tem procurado affirmar que ellas são excellentes. No dia 18 de agosto, anniversario do imperador Francisco José, o ministro dos Negocios Estrangeiros sr. Freire d'Andrade, acompanhado do director geral do Ministerio e de um secretario, foi pessoalmente cumprimentar por aquelle motivo o ministro da Austria em Lisboa, e em janeiro d'este anno, segundo se tornou publico, o actual chefe do governo mandou apresentar officialmente cumprimentos, na Legação da Allemanha, pelo anniversario de Guilherme II.

Similhante situação é a evidencia mesma de uma ambiguidade que a opinião do paiz já viu e que o criterio severo da opinião das nações já traduziu nos meios onde ella se exprime, por fórma pouco lisongeira para o prestigio nacional. As declarações officiaes feitas em sessões do Parlamento, qualificadas de historicas e que não deveriam ser seguidas de quaesquer actos; os annuncios de uma mobilisação que nunca chegou a effectuar-se; a organização annunciada pelo Ministerio da Guerra de uma expedição militar que nunca chegou a partir; as subscrições nacionaes, consentidas pelo Estado, para comprar agasalhos destinados a soldados, que nunca deveriam precisar d'elles, são outros tantos vergonhosos illogismos que saltam aos olhos. A situação de intoleravel baixaza que os poderes publicos crearam a si proprios mantendo relações diplomaticas com uma nação que nos faz a guerra, essa então, é sem ambages, a mais triste abdicção que um Estado póde fazer dos seus direitos ao respeito alheio.

O caracter d'estes factos não se dissimula e o paiz já o viu; mas que vê elle ao mesmo tempo?—Vê fazer-se em volta d'esta questão nacional um debate enigmático que o desnorteia tanto mais profundamente quanto os individuos que o levantaram lhe deram o caracter de

¹ Fiore—*Direito Internacional Codificado*—pag. 773.

polemica entre os que desejam a participação de Portugal na guerra e os que não a desejam, afirmando ou insinuando, conforme a natureza dos seus escrúpulos, que os que a desejam são inspirados por motivos inconfessáveis de interesse pessoal.

O sr. Brito Camacho, ao qual pela sua activa intervenção n'este assumpto, terei de referir-me frequentes vezes n'este opusculo, caracterizou esta situação mencionando pela designação pouco sympathica de *empresarios da guerra*, aquelles que se mostraram favoráveis á ideia da intervenção de Portugal no conflicto europeu, e d'ahi veio que a concepção do que deveria ser o dever nacional se emporeallhou ao nascer com as mais torpes suspeições deixando o espirito publico tão fluctuante e incerto que ainda hoje elle não ousa pronunciar-se sobre o que vê. No proseguimento da sua odienta campanha, o sr. Brito Camacho por tal fórma espalhou suspeitas sobre a sinceridade dos que, segundo elle, queriam a guerra, que não hesitou em os inculcar á desconfiança publica como susceptiveis dos mais perversos manejos, asseverando no seu jornal ¹ que, se certos documentos favoráveis aos seus pontos de vista não se encontrassem no ministerio dos Negocios Estrangeiros «*é porque os tinham feito desaparecer*», o que mais contribuiu para augmentar as incertezas do publico, desorganizando-o a tal ponto que elle perdeu o poder de se orientar no nevoeiro espesso de falsidades e sophismas em que envolveram a sua razão. Assim, nunca uma obra de desorientação do espirito publico produziu tão fulminantes e funestos effeitos.

*

*

*

As responsabilidades d'esta situação — é tempo de o dizer — cabem integralmente ao governo que se encontrava no poder quando se declarou a guerra entre os Estados da Europa. — Reclamava-se d'esse governo uma unidade de vistas e um sentimento das resoluções necessarias que elle não teve, nem podia ter, porquanto era constituído de elementos politicos heterogeneos, entre os quaes predominavam personalidades que, pelas suas in-

¹ *A Lucta* — 23 de dezembro de 1914.

clinações e sympathias, estavam destinadas a contrariar e falsear a unica politica que nos convinha fazer.

A guerra da Europa é um facto essencialmente politico. Sobreveio no momento porventura mais critico da historia das ideias modernas e quando estas se preparavam para dar aos principios do velho mundo uma batalha talvez decisiva. Estava-se, quando a guerra veio, n'um desvio da Historia e as forças que dividiam a sociedade tinham-se de tal modo scindido que cada uma se tinha por assim dizer agrupado a um lado. A guerra veio dar, sob outros pretextos e em nome de outros interesses, essa batalha de principios. De um lado, estão as idéas liberaes, com as suas instigações á revolta geral do espirito humano; do outro estão as idéas reaccionarias, com os seus dogmas de resistencia a todos os programmas de emancipação. De um lado está a Europa democratica; do outro está a Europa feudal e apostolica, mas o Estado que encarna o sentimento das democracias é, como sempre, a França, e hoje, como no tempo da Santa Alliança, a França é o objectivo da animosidade dos reaccionarios do mundo inteiro. Para estes, a derrota da França é a morte do Dragão.

A guerra europeia dividiu assim as opiniões individuaes em todos os paizes neutros da Europa, em dois campos perfeitamente definidos. Com a causa da Allemanha estão d'alma e coração todos os reaccionarios que veem no triumpho do imperialismo allemão a derrota das idéas liberaes; com a causa da França e da Inglaterra estão todos os espiritos liberaes. O paiz da Europa onde a causa da Allemanha conta mais sympathias é a Hespanha e porquê? Porque é ali que o espirito theocratico que sobrevive entre as modernas idéas liberaes, tem mais numerosa representação.— Para esse espirito, a victoria da Allemanha e da sua alliada, a Austria, seria a victoria pelas armas do Apostolismo e da Igreja. A Igreja catholica, ella mesma, no meio do tremendo conflicto que ensanguenta o mundo christão, está dando evidentes demonstrações de parcialidade. Em vão a Belgica catholica lhe mostra o seu corpo martyrisado e lhe põe diante dos olhos o spectaculo dos seus templos destruidos, dos seus altares violados, dos seus bispos prisioneiros e dos seus sacerdotes fusilados. A Igreja não ousa pronunciar uma palavra de condemnação e perante o horrivel morticínio, que para ella é um problema politico, cruza os braços, volta a face e declara-se neutra!

A caracterizada divisão que se produziu em todos os Estados neutros produziu-se em Portugal ao declarar-se a guerra da Europa, embora de um modo menos definido, por quanto a massa da opinião liberal portugueza é a da quasi totalidade da nação e o sentimento geral pesou assim sobre os juizos individuaes de um modo que não lhes permittiu pronunciarem-se ostensivamente; mas nem por isso, aqui como em toda a parte, as ideias da guerra deixaram de seleccionar os homens pelas suas opiniões. — A grande maioria da nação pronunciou-se pelos alliados, mas os elementos conservadores e reactionarios do mundo politico e religioso deram todos os seus votos á causa do imperio allemão. Os realistas restauracionistas associaram as suas esperanças ás da victoria da Allemanha, porque viram n'ella o restabelecimento do feudalismo monarchico na Europa e a garantia em Portugal, de uma nova monarchia assegurada pela corôa imparcial dos Hohenzollern, como o não tinha sido pela corôa de Inglaterra; mas, ao lado d'estes, embora com um objectivo menos explicito, encontrou-se o grupo dos conservadores, constituídos pelos inimigos natos, embora dissimulados dos principios liberaes, pelos discipulos das escolas contra-revolucionarios e, em geral, por todos os espiritos educados sob a influencia do prestigio doutrinal da cultura allemã.

A fórma publica por que entre nós se traduziram os sentimentos d'esta parte da sociedade foi a opposição á intervenção de Portugal na guerra europeia.

Do ministerio que se encontrava no poder quando a guerra se declarou, faziam parte liberaes e conservadores, mas estes *estavam em grande maioria*, e este facto, por si só, explica tudo o que se passou.

*
*
* *

O que deveria ter-se feito, se o paiz tivesse tido uma direcção politica que nunca teve desde que se instituiu a Republica, seria substituir-se esse ministerio heterogeneo por um outro que, pela sua composição, desse garantias de cohesão e unidade de vistas. O ministerio ficou, tal como estava constituido, apesar das circumstancias aconselharem a que se fizesse um outro, e a sua obra a que faltou tudo — sinceridade, decisão, clareza, foi, como não podia deixar de ter sido, absolutamente desastrosa.

Perante um acontecimento que ia pôr em evidencia a velha solidariedade anglo-portugueza em circumstancias que nunca se tinham produzido na historia das nossas relações com a Inglaterra, o Governo Portuguez pretendeu encontrar a fórmula de uma attitude que conciliasse as sympathias da nossa alliada e ao mesmo tempo as dos seus inimigos, e fez a declaração, da sessão parlamentar de 7 de agosto. «*Logo após a proclamação da Republica*—dizia essa declaração, que reproduzo para avivar a memoria dos que me lerem—*todas as nações se apressaram a declarar-nos a sua amisade e uma d'ellas, a Inglaterra, a sua attiança. Por nossa parte, temos feito incessantemente tudo para corresponder a essa amisade, que deveras presamos, sem nenhum esquecimento, porém, dos deveres á attiança que tivremente contrahimos e a que em circumstancia alguma fallariamos.*»

A affirmação da fidelidade do Estado ás tradições ou aos compromissos da alliança ingleza não deveria em caso algum, como acto preparatorio de ulteriores negociações, ser feita no Parlamento, mas tão somente por intermedio das duas chancellarias. Feita no Parlamento, levou o Governo Portuguez a formular uma promessa de concurso que a dignidade do Estado não permittia fazer acompanhar de expressões amigaveis para com as nações contra as quaes elle podia vir a dar-se.

A declaração foi assim um contra-senso; mas, feita no Parlamento, ainda teve os inconvenientes mais graves, de sobreexcitar o espirito nacional com as perspectivas que o apaixonaram da intervenção na guerra e de lançar no estrangeiro o pregão prematuro de que Portugal se collocava ao lado dos alliados. A imprensa franceza interpretou o acto ministerial de 7 de agosto como uma declaração de não-neutralidade e assim a interpretou a imprensa dos dois mundos. Inserindo-a dois dias depois, isto é a 9 de agosto, os jornaes de Paris faziam-n'a preceder d'estes titulos significativos: *LE PORTUGAL CONTRE L'ALLEMAGNE (Lanterne)*; *LE PORTUGAL SERA AUX COTES DE L'ANGLETERRE (Excelsior)*; *LE PORTUGAL PREND PART POUR LA TRIPLICE-ENTENTE (Eclair)*; *LE PORTUGAL DECLARERAIT LA GUERRE 'A L'ALLEMAGNE (Homme Libre)*; e o *Figaro* sob o titulo—*FIDELIDADE Á ALLIANÇA INGLEZA* escrevia: «*A Atlemania já não faz medo, nem mesmo aos pequenos povos, e a Belgica provou que os pequenos povos tem razão para não ter medo.*»

Essa publicidade ruidosa não teria tido senão vantagens para o prestigio nacional, se devesse ser seguida de actos que a justificassem. Não o tendo sido, não contribuiu senão para nos cobrir de um ridiculo que mais tarde deveria tornar-se irreparavel quando o Governo Portuguez, renovando as suas declarações nos termos em que o fez na sessão do Congresso, de 24 de novembro, suscitou de novo as sympathias da imprensa estrangeira em favor de Portugal.

O que estava indicado que o Governo Portuguez fizesse não era a affirmação publica, absolutamente desnecessaria, da fidelidade do Estado aos principios da alliança ingleza, mas as precisas diligencias junto do Governo Britannico, afim de averiguar se este reclamava o nosso concurso e em que medida, adoptando no entanto, *desde logo*, sem ruido mas com actividade, as necessarias disposições de character militar que lhe permittissem fazer face a todas as eventualidades. Ao contrario d'isto e ao mesmo tempo que deixou entrever na sua declaração a possibilidade de uma intervenção militar do paiz ao lado da Grã-Bretanha, o Governo Portuguez não tomou providencias algumas que preparassem os estabelecimentos militares para essas eventualidades.

A que se limitou a sua acção?— A fazer ruido.

Por outro lado, toda a idéa de cooperação com o Governo Britannico na lucta em que a Inglaterra está empenhada, implicava, *necessariamente*, a idéa do rompimento de relações diplomaticas com a Allemanha e a Austria, nem um Estado cioso do seu decoro accitaria outra situação que não fosse esta. Não podia esta situação definir-se desde logo, porque o Estado não estivesse ainda preparado para fazer face ás suas exigencias? O dever do Governo Portuguez era o de adoptar uma attitude expectante esperando, d'accordo com o Governo Britannico, que as circumstancias se tornassem mais favoraveis; mas quando se decidisse, como se decidiu em 24 de novembro, a tornar publico que a Inglaterra nos pedira a nossa cooperação militar, e quando submetteu ao Parlamento o projecto de lei que o auctorisava a dar-lh'a, devia fazer acompanhar este *acto de guerra* da retirada do ministro de Portugal em Berlim e da entrega dos seus passaportes aos ministros da Allemanha e da Austria em Lisboa. N'essa occasião, porém, devia ter tudo preparado. Ora, o que é que succedeu?— *Não tinha nada preparado!*

Disse no seu jornal o sr. Brito Camacho que o Governo Britannico especialmente nos recommendara que não praticassem actos que nos collocassem n'uma situação de belligerantes, e esta foi uma das revelações d'aquelle jornalista que mais profundamente calaram no animo dos seus leitores. Ora, a verdade é que a recommendação, aliás muito opportuna, que o Governo Britannico nos transmittiu, foi a de que não praticassem actos, ou fizéssemos declarações prematuras, *emquanto não estivessemos em condições de pôr o nosso exercito em campanha*. Não digo como o sr. Brito Camacho que o documento de que consta esta recommendação desapareceu do ministerio dos Negocios Estrangeiros, porque tenho a certeza de que lá está.

N'esta, como em muitas outras circumstancias, o Governo Britannico, de resto, não fez outra coisa que não fosse exercer uma especie de acção tutellar sobre as imprudencias do Governo Portuguez, acção tutellar que este reconheceu a tal ponto necessaria que fez publicar em setembro, na imprensa de Lisboa, uma nota officiosa tornando publico que o Governo Britannico manifestara a sua «completa satisfação» pela sua obra de politica externa, facto que, em estylo diplomatico se costuma traduzir pela expressão *conformidade de vistas*, unica que convem á dignidade da linguagem das relações entre os Estados.

A declaração de 7 de agosto é immediatamente seguida de uma politica de tergiversações, que intriga a opinião nacional, que intriga a opinião dos estrangeiros e nos conduz ao regimen unico na historia das relações internacionaes, em que nos encontramos hoje.

Um dos inconvenientes d'essa declaração prematura foi, como já vimos, o de induzir em erro a opinião estrangeira sobre a attitude que iamos tomar e o de sobreexcitar o sentimento patriotico nacional. No estrangeiro e no paiz, essa declaração foi interpretada como um compromisso que invalidava toda a ideia de neutralidade. O primeiro pensamento do Governo Portuguez foi, no entanto, o de reduzir o paiz á situação de Estado neutro. Procura contrariar as manifestações publicas provocadas pela sua declaração e em nota official de 10 de agosto recommenda: «*As auctoridades entendendo que as manifestações feitas já definiram sufficientemente (sic) o sentimento publico da nação, esperam que não continuem por desnecessarias, mostrando assim o povo a sua inteira*

confiança na acção do governo da Republica. » Aos navios de guerra e ás capitánias dos portos transmitté instrucções tendo em vista a observancia dos principios da neutralidade; e aos governadores das provincias e districtos coloniaes communica o texto da declaração de 7 de agosto, acompanhado das seguintes instrucções: «*Podendo ter chegado ahí noticias desencontradas, por telegrammas para jornaes, ou outras vias, ácerca da attitude de Portugal perante o conflicto europeu, lembro que o Governo tem mantido e continuará a manter a attitude que definiu desde o principio.*»

Qual?

Isso lhe pergunta já a opinião, e a imprensa procura reduzi-lo ao sentimento da situação: «*As declarações do nosso Governo, no Parlamento e na sua imprensa, bem como as dos partidos políticos*—escreveu na *Lucta* o sr. Nunes Ribeiro, official de marinha e deputado—*mostram bem que se o tratado é o mesmo, os actos são identicos, d'onde se conclue que é um crime de tesa patria pronunciar a palavra neutralidade*¹.» E no mesmo jornal, o seu collaborador habitual, sr. João de Menezes, escrevia: «*Somos alliados da Inglaterra e se ella fosse para o fundo iamos em muito boa companhia. Quem suppõe que poderíamos salvar-nos navegando entre duas aguas, enganase*².» Corre que o ministro da Allemanha vae abandonar o paiz e seguir para Madrid. Apressadamente, o Governo faz desmentir este boato: «*Espalhou-se hontem que o sr. Rosen, ministro da Allemanha, partiria hoje para Madrid, até poder seguir para o seu paiz. Este boato não tem o menor fundamento*³.» Finalmente e no meio da surpresa geral, o ministro dos Negocios Estrangeiro, sr. Freire d'Andrade, vae pessoalmente, acompanhado do director geral do ministerio e do seu secretario, á Legação da Austria, no dia 18 de agosto, cumprir o ministro austriaco pelo anniversario natalicio do imperador Francisco José!

A noticia officiosa d'esta visita foi publicada nos jornaes de Lisboa sob o titulo—*Acto de Prolocoto*. Não ha protocolo algum que torne obrigatorias estas visitas de cumprimentos, que, nas relações diplomaticas de

¹ *A Lucta*, 16 de agosto de 1914.

² *A Lucta*, 11 de agosto de 1914.

³ *Jornaes de Lisboa*, 10 de agosto de 1914.

cortezia das grandes nações da Europa, estão completamente banidas. O protocolo francez, ao qual amoldamos o nosso, depois do advento da Republica, não constitue os ministros dos Negocios Estrangeiros d'aquelle paiz no dever de percorrer as embaixadas e legações em distribuição de cumprimentos, nem os ministros sahem alguma vez dos seus logares para irem a residencias diplomaticas senão em casos muito excepçionaes, ou quando são convidados para banquetes ou festas que os agentes diplomaticos lhes offerecem e elles acceitem. A formula corrente de cortezia internacional para cumprimentos ou retribuição de cumprimentos é o cartão de visita, que em todo o caso não se distribue inconsideradamente e sob todos os pretextos. A allegação de que a visita do ministro dos Negocios Estrangeiros de Portugal obedeceu ás prescripções do protocolo é, portanto, fálha de fundamento. Nenhum dever de cortezia internacional o obrigava a fazel-a, ou a enviar ao ministro da Austria, por qualquer outro meio, esses intempestivos cumprimentos.

O Governo Portuguez conduziu-se, n'uma palavra, tão desacertadamente ao iniciar-se uma das mais melindrosas questões internacionaes em que Portugal é chamado a intervir, que não obteve sequer desde logo para o paiz as vantagens moraes de uma situação resoluta junto da nossa alliada. Assim, não é o Governo Portuguez que affirma ao Governo Britannico a sua resolução de não praticar actos que impliquem a ideia de neutralidade perante o conflicto em que a Inglaterra está empenhada. *E' a Inglaterra que lhe vem lembrar a conveniencia de não os praticar.* Não digo — repito — como o sr. Brito Camacho que o documento de que consta esta recommendação desapareceu do ministerio dos Negocios Estrangeiros, porque tenho a certeza de que lá está.

*

* * *

Se, porém, a declaração ministerial de 7 de agosto foi inopportuna, a communicação feita na sessão do Congresso de 24 de novembro, acompanhada de um pedido de auctorisação para a intervenção militar de Portugal na guerra europeia, constituiu um acto absolutamente destituido de senso-commum, não tendo sido seguido, como não o foi, do rompimento de relações

diplomaticas com os governos allemão e austriaco, porquanto a proposta de lei submettida pelo Governo ao Congresso e approvada por este, teve o significado de uma verdadeira declaração de guerra. «*E' o poder executivo — diz essa proposta — auctorisado a intervir militarmente na actual lucta armada internacional, quando e como jutgue necessario aos nossos altos interesses e deveres de nação livre e alliada da Inglaterra, tomando para esse fim as providencias extraordinarias que as circumslancias do momento reclamem.*» Comtudo, ao pedir esta auctorisação ao Congresso da Republica, o Governo Portuguez não a interpretou como o signal de um rompimento de relações diplomaticas e como as manifestações patrioticas e bellicosas de novo rompessem de todos os lados, acudiu a eselarecer em informação officiosa — «*que a siluação do paiz não envolveria ainda um estado de belligerancia.*»¹ e assim proseguiu na politica de ambiguidades e tergiversações que até ao fim deveria ser a sua.

D'esta vez, porém, levou tão longe o pensamento de illudir a situação imperativa que era chamado a resolver que não ha palavras de condemnação que o julguem com bastante severidade. O Governo Portuguez não praticou um unico acto decisivo e praticou todos os que eram necessarios para nos collocar perante a Europa na situação de um povo de histriões e esse é o aspecto verdadeiramente grave das suas responsabilidades. Annunciou uma mobilisação que não se fez, decretou a organização de uma divisão que nunca chegou a organizar-se, enviou a Inglaterra e a França uma missão militar que entrou em negociações que deveriam frustrar-se, inflammou o espirito publico com a ideia da intervenção de Portugal na guerra europeia e consentiu ao mesmo tempo que em volta d'esse assumpto se urdisse a teia de uma intriga que nunca procurou conjurar dizendo claramente a verdade ao paiz, finalmente comprometteu a dignidade das resoluções nacionaes fazendo communicar *officialmente* aos governos estrangeiros uma resolução que nunca deveria tornar-se effectiva².

¹ *Seculo*, 26 de novembro de 1914.

² «Em 19 de outubro, isto é, dois dias antes de partir para Londres a missão militar, o ministro de Portugal em Madrid, devidamente *toiletisado*, foi communicar ao governo de Hespanha que

Entretanto, attrahiu de novo sobre nós as atenções sympathicas da opinião da Europa ludibriando-a assim mais uma vez e collocando-nos definitivamente perante ella em uma situação tão irrisoria que não ha já hoje portuguez que viajando lá por fóra não córe quando lhe fallam na participação de Portugal na guerra europeia. «*E' falso, absolutamente falso*—escreveu o sr. Brito Camacho—*que já alguns dos nossos ministros lá fóra se visse em difficuldades para explicar a situação de Portugal no conflicto europeu* ¹». Se o sr. Brito Camacho tivesse consultado alguns dos seus proprios amigos que representam Portugal no estrangeiro, não teria feito similhante affirmacão.

Já, como vimos, depois da declaracão ministerial de 7 de agosto, a imprensa europeia lançou a publico o pregão da nossa possivel intervençãõ na guerra europeia. Depois da declaracão feita na sessão do Congresso de 24 de novembro e interpretada não já como uma promessa de concurso, mas como uma affirmacão de solidariedade activa, a imprensa estrangeira concedeu a Portugal um momento de publicidade gloriosa. A imprensa ingleza recordou a bravura dos soldados de Wellington e o depoimento illustre do general Marbot sobre as virtudes militares dos portuguezes; a imprensa franceza relembrou Camões e a epopeia das descobertas e conquistas; a propria Hespanha, pela sua imprensa, voltou para nós um olhar de surpresa e de admiracão. «*A Hespanha deve olhar para o exemplo de Portugal*—escrevia a *Epoca* de Madrid.—*Esse exemplo merece e vale a pena ser meditado. Nas questões exlernas, mais do que em quaesquer outras, não ha para as nações força comparavel á da unidade do sentimento publico* ²».

Ai de nós! Esta gloria de um dia, este ruido ephemero tinha de se resolver no mais calamitoso fiasco de que ha exemplo na historia da nossa nacionalidade e ao pé do qual os desastres diplomaticos dos ministros da Regencia ficam a perder de vista.

Portugal sahia da attitude em que até então se mantivera, para se declarar belligerante.» *Brito Camacho*—«*A Lucta*», 10 de janeiro 1914.

¹ *A Lucta*, 19 de setembro de 1914.

² *La Epoca*, 16 de outubro 1914.

*

* *

Esta substituição—já o disse—foi o resultado da circumstancia infeliz de se encontrar no poder, quando a guerra se declarou, um governo a que faltou aquella uniformidade de sentimentos que era condição essencial para orientar a acção ministerial n'uma conjunctura que reclamava dos homens que presidiam aos destinos da nação um patriotismo novo e rasgadamente affirmativo e não esse patriotismo pessimista, feito de negações, que foi o do antigò regimen.

Em Portugal, ao contrario do conceito geral, não estão em presença um do outro e não se degladiam ainda, dois regimens políticos, mas duas sociedades diferentes—uma de crentes, outra de scepticos. O governo que se encontrava no poder quando a guerra se declarou, era na sua maior parte constituido de scepticos, educados na velha escola negativista do regimen liberal, que nunca acreditou na vitalidade do paiz, que nunca o suppoz capaz de um esforço, que, na realidade, o julgou sempre como unidade social condemnada, ou destinada a desapparecer. A Republica veio e dir-se-hia que o esforço collectivo que esse facto representou, deveria dar a entender a essa sociedade e a esses homens que a vitalidade do paiz não se havia extinguido, e que, ao contrario, elle era ainda capaz de grandes coisas. Qual! O seu pessimismo não encontrou no advento da Republica senão uma razão mais para o considerar perdido! Não podia ter sido entregue a peóres mãos a tarefa de levantar o prestigio nacional.

O homem que melhor encarnou esse espirito no ministerio de 1914 foi o sr. Freire d'Andrade, de quem o sr. Brito Camacho escreveu: «*Se não estivesse no ministerio dos Negocios Estrangeiros um homem como o sr. Freire d'Andrade, os emprezarios da guerra leriam plenamente realisado os seus planos...*»¹ O movimento de opposição á participação de Portugal na guerra europeia é obra sua? Pelo menos assim o affirma o jornal fluminense o *Correio da Manhã*, em um extenso artigo.

¹ *A Lucta*, 19 de dezembro de 1914.

reproduzido nos jornaes de Lisboa de 15 de outubro do anno passado: « *O ministro Freire d'Andrade, que trouxe da Monarchia para a Republica, um aureolado nome de estadista, é o director d'esse movimento de ponderação que está garantindo ao retho Portugal uma era de proveitos moraes e materiaes, em contraste com o momento de esphacelamento que atravessam quasi todas as nações da Europa. Educado nos habitos dos estadistas que mais etevaram o nome de Portugal, o sr. Freire d'Andrade comprehendeu e fez seus patricios comprehenderem que o quebra da neutralidade de Portugal seria uma perigosa aventura.* »

Entretanto, pelas suas proprias palavras, o sr. Freire d'Andrade se encarregou de nos dizer quaes eram os seus sentimentos sobre este assumpto. Entrevistado por um redactor do jornal legitimista *A Nação*, em janeiro d'este anno, o sr. Freire d'Andrade declarou que « *tinhamos uma situação internacional verdadeiramente unica e que devia ser invejada por todos os povos — nem tinhamos declarado a neutralidade, nem a belligerancia* »; e, n'um artigo que publicou na *Revista Colonial* de 25 do mesmo mez, escreveu o que segue: « *Nada temos a ganhar com a nossa belligerancia e tudo pela manutenção do «statu quo» em que temos estado.* »

O sr. Freire d'Andrade formulou, porém, as suas opiniões a este respeito, em muitas outras circumstancias. Ao receber a commissão organisadora de um cortejo que se propunha saudar, em outubro do anno passado, as legações da Belgica, da França e da Inglaterra, o sr. Freire d'Andrade teve — segundo o correspondente de um jornal do Porto — « *uma phrase que mostrou bem o seu estado de espirito no momento actual.* » Disse o sr. Freire d'Andrade, segundo aquelle jornal, que « *em seu parecer, Portugal se encontrava á beira de uma esquina, podendo muito bem morrer se tentasse dobrar-a.* » O correspondente do jornal do Porto accrescentava: « *Não se póde ser mais pessimista n'este momento e se a prophecia do sr. Freire d'Andrade tem probabilidades de se realisar, bom é que se puze para traz u certa gente, como é de costume fazer aos cavattos fogosos* ¹. »

Verificado como está que segundo o programma politico do ministro dos Negocios Estrangeiros de Portugal, a situação internacional que mais convém ao nosso

¹ *Jornal de Noticias*, outubro de 1914.

paiz é aquella que elle tem hoje, tudo o que se passou fica perfeitamente explicado.

O sr. Freire d'Andrade foi educado, como diz o jornal brasileiro a que me referi ha pouco, na escola dos estadistas que mais elevaram, segundo elle, o nome de Portugal e se assim foi, a sua mesma politica está perfeitamente explicada. Elle trouxe para a Republica principios de politica externa que eram os da monarchia e assim, mais uma vez, a monarchia pesou nos destinos de Portugal.

*

* *

Procuremos agora reconstituir de uma fórma bastante clara e explicita o que realmente se passou; procuremos desentulhar a verdade da alluvião de falsidades e sophismas em que tentaram sepultal-a, e como parece ter sido o sr. Brito Camacho quem disse a ultima palavra sobre este assumpto, apesar de não ter occupado situações que o investissem de qualquer autoridade especial para o fazer, acompanhemos esse jornalista através as suas affirmações. Não se imagine, porém, que me disponho d'este modo a encetar uma polemica com elle. Como disse no principio d'este opusculo não propuz submitter o caso de que n'elle me estou occupando a um debate de vãs conjecturas. As correções e rectificações que me proponho fazer não estão sujeitas a qualquer especie de refutação séria, nem eu me abalançaria a trazer a publico semelhante questão se não estivesse habilitado a formar sobre ella um juizo perfeito.

O ponto duvidoso em torno do qual giraram as asseverações negativas do sr. Brito Camacho não foi o convite official feito pelo Governo Britannico ao Governo Portuguez, para que Portugal dêsse á Inglaterra o seu concurso militar na presente guerra, nem esse facto é já hoje susceptivel de refutação. Foi affirmado na sessão do Congresso, de 24 de novembro e na presença do ministro de Inglaterra, o Hon. L. Carnegie, n'estes termos expressivos: «*O Governo Inglez convidou com entranhavel reconhecimento o Governo Portuguez a contribuir de facto consoante entre ambos se estipulasse, com a sua cooperação militar.*» Foi confirmado mais tarde no relatorio do mi-

nistro da Guerra do ministerio de 1914 n'estes termos igualmente expressivos: « *Não posso deixar de me referir á impressão grata que recebeu o Governo ao ver que a nossa alliada pedia para com ella cooperarmos na guerra, representando o paiz por uma forte unidade de batalha...* ». Confirmou-o em uma moção apresentada na sessão parlamentar de 21 de dezembro do anno passado, o sr. Affonso Costa, affirmando que a Inglaterra solicitara e continuava desejando a nossa cooperação. Confirmou-o o sr. Antonio José d'Almeida n'essa mesma sessão parlamentar: « *O orador viu com os seus olhòs notas em que a Inglaterra pede o concurso militar dos portuguezes para o theatro occidental da guerra.* » Finalmente confirmou-o o proprio sr. Brito Camacho escrevendo no seu jornal: « *A União Republicana, se tivesse ido ao poder, encontraria no ministerio dos Negocios Estrangeiros um pedido da Inglaterra para que abandonassemos a attitude que até alli mantiveramos, tomando participação directa na guerra, pela fórma que fosse ajustada entre o governo de Lisboa e o de Londres* ¹. »

O que affirma, porém, o sr. Brito Camacho? — Que esse convite não foi obra expontanea do Governo Britannico mas o resultado de offerecimentos do Governo Portuguez.

Se o pedido de concurso que o Governo Britannico nos dirigiu fosse o resultado dos offerecimentos do Governo Portuguez, nada seria mais logico. Esses offerecimentos eram a consequencia das affirmações solemnes de fidelidade aos principios da alliança ingleza. Na realidade, porém, o pedido de concurso militar do Governo Britannico ao Governo Portuguez, *não foi o resultado de offerecimentos d'estes*, nem é admissivel que o Governo Britannico se decidisse a formulal-o officialmente, se não precisasse d'elle e apenas porque nós manifestassemos o desejo de lh'o dar. E' este um facto que o bom senso publico será o primeiro a corrigir.

A verdade é muito outra.

Desde agosto que o Governo Portuguez vinha assegurando á Inglaterra as disposições em que o paiz se encontrava de lhe prestar todo o apoio de que ella eacesse, e esta seria excellente politica se não fosse acompanhada de uma publicidade prematura e de actos

¹ *A Lucta*, 30 de dezembro de 1914.

contradictorios, que não resultaram, como disse, senão da falta de coesão e unidade de vistas do ministerio. Entretanto o Governo Britannico não julgou necessario soccorrer-se do auxilio que o Governo Portuguez lhe offerencia; mas, um momento chegou em que entendeu precisar d'elle, não sob a fórma, que não definiu, de uma divisão militar, constituida de todas as armas, mas pela cooperação de uma arma só — a artilharia.

Este pedido de cooperação foi submettido a conselho de ministros e aqui se produziu o facto que mais tarde havia de servir de base ao sr. Brito Camacho para a sua insistente campanha contra a participação de Portugal na guerra europeia.

Fazia parte do ministerio um homem a quem não conheço, mas que parece não ter tido dentro d'elle outras funções que não fossem as da sua pasta. Quero referir-me ao sr. Pereira d'Eça.

E' o sr. Pereira d'Eça um liberal? É um conservador? Sejam quaes fôrem as tendencias do seu espirito, o que o sr. Pereira d'Eça mostrou ser no ministerio de 1914 foi unicamente e strictamente um militar, mais preocupado talvez com o exercito do que com o paiz, mas tão preocupado com o exercito, as suas prerogativas, o seu prestigio que foi elle, pôde dizer-se, que graças a estes sentimentos, conseguiu por um momento rectificar a nossa já compromettida posição moral perante a questão da guerra. Apresentado em conselho de ministros o pedido de cooperação feito pelo Governo Britannico nos termos a que me referi, o ministro da Guerra, sr. Pereira d'Eça, foi de opinião que o material de guerra que fossemos levados a fornecer á Inglaterra deveria de qualquer modo ser acompanhado de forças correspondentes e, por outro lado, que o concurso que a Inglaterra nos pedia, de uma arma só, era de natureza a provocar susceptibilidades entre os representantes das outras.

Esse ponto de vista era o de um soldado e o de um cidadão e de tal modo era o que mais convinha ao prestigio do exercito e ao da nação, que o Governo Britannico, reconhecendo o bem fundado das objecções do ministro da Guerra de Portugal, se apressou a dirigir então ao nosso Governo um pedido de concurso *que não excluia nenhuma das armas do exercito portuguez*. Esse documento tem a data de 10 de outubro de 1914 e apesar da affirmação que o sr. Brito Camacho renovou no ultimo congresso do seu partido de que «o legitimo orgulho da

Inglaterra» a impediria de fazer semelhante pedido *sponte sua*, ou espontaneamente, esse pedido é formulado no referido documento em termos tão isemptos de orgulho e tão lisongeiros para o amor proprio nacional, que não supponho exista outro igual no archivo do ministerio dos Negocios Estrangeiros.

Os factos que acabo de referir foram no emtanto os que auctorisaram o sr. Brito Camacho a incessantemente affirmar, no meio da confusão do espirito publico, que não foi *sponte sua*, ou espontaneamente que a Inglaterra se decidiu a pedir o concurso de Portugal.

Não! Não foi espontaneamente que a Inglaterra nos fez o pedido que consta do seu *memorandum* de 10 de outubro, mas as razões que a levaram a substituir por esse o que anteriormente nos havia feito—facto que o sr. Brito Camacho até hoje omittiu—foram tão justificadas que foi essa nação a primeira a reconhecer-as legitimas.

Não houve, portanto, como o sr. Brito Camacho affirma, *offerecimento*. O pedido do concurso que desejou foi o Governo Britannico que o formulou, *sponte sua*, nem outra these é admissivel. O que o sr. Pereira d'Eça fez foi apreciar-o, na intenção que nenhum portuguez e nenhum soldado póde levar-lhe a mal, de o harmonisar com os interesses nacionaes e as prerogativas do exercito. Os legitimos escrupulos do sr. Pereira d'Eça foram acolhidos tão sympathicamente nos meios militares inglezes que pouco tempo depois e ao tratar-se de tornar effectivo o concurso do exercito portuguez ao lado do exercito britannico, lord Kitchner, ministro da Guerra da Gran-Bretanha, *entrava em contacto directo e amigavel com o ministro da guerra de Portugal*. Do acolhimento que lord Kitchner reservou á missão militar que foi a Londres, em nome do ministerio da Guerra, fallaram já na imprensa de Lisboa os tres officiaes que a compunham. Eu mesmo, porém, tive occasião de verificar o vivo interesse que lord Kitchner attribuia á organização da *Divisão Auxiliar Portugueza*, destinada a cooperar ao lado do exercito britannico, quando em Bordeus tive a honra de apresentar ao ministro da Guerra, sr. Millerand, os officiaes d'aquella missão.

Esta obra foi exclusivamente da iniciativa do sr. Pereira d'Eça. Assim, se a guerra teve *empresarios*, no dizer do sr. Brito Camacho, o seu empresario mais activo foi o ministro da Guerra de Portugal.

Partindo, porém, da affirmacão de que offerecemos á

Inglaterra mais do que este paiz nos pediu, o sr. Brito Camacho combate a idéa da nossa participação na guerra como desnecessaria, pois, segundo elle, aquelle paiz pede-nos armas e não soldados de que não precisa e é só isso, segundo elle tambem, que devemos dar-lhe; e como esta situação já tivesse sido, segundo parece, qualificada de infamante, o sr. Brito Camacho replicou d'este modo no seu jornal: «*Seria uma infamia, seria; mas a Inglaterra pedia aquillo de que necessitava e isso justamente se lhe deu, penhorando o seu reconhecimento, que ella traduziu de fórma bem expressiva*»¹.» Foi assim o sr. Brito Camacho quem veio revelar pela imprensa que é já essa a fórma de cooperação que estamos dando á Inglaterra.

Sómente, esse concurso, que o sr. Brito Camacho applaude e entende ser o unico que nos convém dar á nossa alliada não tem o character militar, chama-se *conivencia* e não *cooperação*, deslustra o paiz, deslustra o exercito, reduz de tal maneira o nosso papel politico de alliados, attinge de tal modo o prestigio da nação que completamente nos elimina da carta politica da Europa, fazendo de Portugal um entreposto clandestino de armas de guerra.

A idéa de fornecer armas á Inglaterra não é evidentemente de natureza a lisongear o orgulho da nação e os brios do exercito portuguez, ao qual ellas pertencem e de que não temos em rigor o direito de o despojar; mas, em principio, se a situação do paiz fosse a de belligerante, embora não intervindo na guerra com as suas forças militares, essa fórma mediocre e pouco lisongeira de cooperação ainda era admissivel. O sr. Brito Camacho, porém, tem um ponto de vista mais singular ainda, pois na sua opinião devemos limitar-nos a offerecer á Inglaterra as armas do nosso exercito *mantendo todavia uma situação internacional que nos permita entreter relações com as nações belligerantes*. Essa é já, segundo aquelle jornalista, a situação em que estamos. «*Não somos neutros desde o dia 7 de agosto*—escrevia o sr. Brito Camacho em novembro do anno passado—*mas com tanto juizo lemos procedido que merecendo o applauso da Inglaterra ainda conservamos com a Alemanha as rela-*

¹ A *Lucta*, 28 de dezembro de 1914.

ções officiaes que tinhamos ¹». Qual seria, na opinião do sr. Brito Camacho a situação ideal?—Aquella que nos permittisse chegar ao fim da guerra, inteiramente alheios ao conflicto. «*Podessemos conservar-nos alheios ao conflicto, de pleno accordo com a Inglaterra*—escrevia elle pouco depois—*e essa seria a situação desejavel, a mais conveniente ao decôro e aos interesses da nação* ²».

Estes conceitos já não comportam um ponto de vista que se discuta. São a inversão de toda a moral social.

Insiste o sr. Brito Camacho em que, se fosse levado ao poder, faria esta politica de inteiro accordo com a Inglaterra. E' possível. E' possível que a Inglaterra verificando sem os adoptar para seu uso, os principios de politica externa do sr. Brito Camacho, não quebrasse lanças pela dignidade de um Estado que os seus proprios eram os primeiros a comprometter, mas que semelhante diplomacia nos elevasse no seu conceito, eis do que me permitto duvidar. A Inglaterra é uma das nações que possui no mais alto grau o sentimento da dignidade do Estado e não reserva a sua estima e a sua admiração para os Estados que não a sabem zelar. O paiz que ella admira n'este momento é— a Belgica.

*

*

*

Não desejo, como disse, fazer d'este opusculo uma obra de polemica já submittendo os factos de que n'elle me occupo a novos debates, já combatendo personalidades. Como o leitor terá verificado, reduzi ao minimo as minhas referencias pessoases. A intervenção do sr. Brito Camacho na apreciação d'este caso nacional foi, porém, tão especialmente activa e tão intranzigentemente facciosa, que haveria uma lacuna n'esta publicação se eu não tentasse inquirir, na sua propria obra de jornalista, dos motivos que o levaram a assumir perante o paiz e perante a Historia uma attitude de tão graves responsabilidades.

O sr. Brito Camacho não cabe evidentemente em

¹ *A Lucta*, 21 de novembro de 1914.

² *A Lucta*, 30 de dezembro de 1914.

qualquer das cathogorias que ennumerei, de personalidades politicas, que se tem pronunciado sobre a questão da intervenção de Portugal na guerra europeia, pois é notoriamente, mais que um liberal, um republicano, não sendo portanto licito attribuir-lhe um espirito reaccionario, ou germanofilo.

Que razões levaram, portanto, o sr. Brito Camacho, a apaixonar-se pela questão da intervenção de Portugal na guerra europeia até ao ponto de parecer conduzir-se pelos mesmos principios facciosos que inspiram os reaccionarios e germanofilos?—As razões da sua attitude encontram-se expressas, parece-me, no seu proprio jornal, ao qual elle as confiou com essa inconsideração e leviandade que são proprias do nosso caracter pouco reflectido.

O grande conflicto que trouxe ao coração da humanidade a hora de incerteza e de anciedade que estamos todos atravessando, não teve ecco no secco coração do sr. Brito Camacho. O que viu elle desde logo na guerra? —O seu jornal nol-o diz: um facto que vinha desviar as atenções publicas da questão eleitoral! O sr. Brito Camacho deixa passar o annuncio de que essa tremenda deflagração rebentara sem uma palavra de solidariedade com tantos interesses humanos compromettidos que até os nossos o estão, e o que é que nos diz no momento em que estala o primeiro trovão, isto é a 7 de agosto? Que ella nos interessa mediocrementemente e que *«lá por haver guerra na Europa, a gente não deixa de bralar da sua vida e a politica é hoje uma boa porção da vida de toda a gente* ¹.» A 17 d'esse mez já a Belgica se debate nos braços de ferro da Allemanha e a guerra toma um odioso caracter de violencia que faz tremer pela sorte das pequenas nações. N'essa occasião o sr. Brito Camacho escreve: *«Por ora, ella preoccupa-nos mediocrementemente, talvez porque em pouco affecta o nosso paiz»*; e o que o inquieta não são os destinos da Europa e os nossos, em risco — magro assumpto! —mas os resultados da proxima batalha eleitoral *«... pouco avisadamente andarão os que se absorverem de tal modo n'esse magro assumpto* — escrevia o sr. Camacho na mesma data — *que se esqueçam de que amanhã lerão necessidade de entrar n'uma batalha... eleitoral e para ella se não preparem devidamente. Quem adiante não olha alraz fica e é muito de reccar que pretendentes em*

¹ *A Luta*, 7 de agosto de 1914.

grande numero, ao mandalo legislativo, á força de olharem para diante, fiquem depois esquecidos. . . alraz das urnas.»

A exaltação patriótica, o entusiasmo guerreiro que se apoderaram das populações das nossas grandes cidades, ao ter-se noticia da conflagração, é uma das manifestações mais lisongeiras da nobreza do caracter nacional. Portugal foi o unico paiz da Europa onde essas manifestações se produziram com tão generosa unanimidade. Um povo que dá um espectáculo d'estes é um povo viril e de sentimentos d'esta natureza não se zomba. Pois para o sr. Brito Camacho, essas manifestações que distrahiam as attenções publicas dos problemas que o interessam a elle, foram uma « borbulhagem guerreira » e aqui está a homenagem que a solidariedade do seu patriotismo lhe prestou: « *Quasi logo depois de rebentar a guerra em Portugal manifestou-se uma borbulhagem guerreira, sob a fórma de ampolas, com agua chilra dentro. Veio a sessão de 7 de agosto, em que nobremente Portugal definiu a sua attilude de aliado da Inglaterra e enlão a borbulhagem guerreira teve uma « poussée » aguda, tornando-se pruriginosa como a sarna, mas sem tendencias a alastrar* ¹. »

A sua campanha contra a participação de Portugal na guerra soffre a influencia das fluctuações da politica interna e quando é que o sr. Brito Camacho a accentúa?—Quando se encontra no poder o partido que elle combate e que é o objecto das suas preoccupações electoraes, e tão facciosamente a accentúa que, esquecido das suas insistentes affirmações em contrario, o sr. Brito Camacho ataca o governo democratico por consentir um estado de coisas internacional, *que importava para o nosso paiz uma vergonha sem nome.*—« *Está no poder o partido da guerra, vae para um mez*—escrevia o sr. Brito Camacho em janeiro d'este anno—*e em Bertim continúa o ministro de Portugal, em Lisboa continúa o ministro da Allemanha, produzindo-se assim um estado de coisas absolutamente inedilo na historia de todos os paizes e que para o nosso importa uma vergonha sem nome, ainda assim parecendo mienos vergonhoso do que ridiculo* ². »

Pois bem! Esse estado de coisas internacional, que, segundo a opinião que o sr. Brito Camacho tinha n'essa

¹ *A Lucta*, 23 de dezembro de 1914.

² *A Lucta*, 15 de janeiro de 1915.

conjuntura politica, importava para o paiz uma vergonha sem nome, é a mesma que elle voltou a achar excellente depois que a situação politica se modificou em seu favor, e tão excellente a voltou a achar que passou novamente a consideral-a *a unica digna, a unica correcta*, n'uma palavra, *a unica que convém aos nossos interesses*. Não mais tarde do que o mez passado, eis aqui como o sr. Brito Camacho a qualificava: « *A situação em que nos encontramos perante o conflicto europeu é justamente a que a Inglaterra sempre desejou que mantivessemos e mau foi que gente desvairada se empenhasse em nos desviar d'ella, a unica que convinha aos nossos interesses, digna e correcta no mais alto grau* ¹. »

Não ha unidade possivel nos actos humanos conduzidos pela paixão dos interesses pessoais. A acção do sr. Brito Camacho na questão que trouxe a publico, de um modo tão lamentavelmente apaixonado, não teve, nem podia ter essa unidade e assim é feita de anomalias e contradicções que a condemnam severamente, porque mesmo o erro deve ser julgado com benevolencia, com a condição porém — mas só com essa condição — de se inspirar nas instigações de uma absoluta sinceridade.

*

*

*

Creio ter dito tudo ou quasi tudo o que me propuz dizer n'esta brochura sobre a questão vital de que n'ella me occupo.

Respondendo a um redactor da *Capital*, que o entrevistou á sua chegada a Lisboa, um dos officiaes do nosso exercito que foram a Inglaterra e a França em missão do Governo Portuguez, o capitão de artilharia sr. Freiria, disse o seguinte: « *A nossa cooperação não é vista apenas com carinho: é considerada tambem como elemento valioso junto da causa dos alliados. Esta affirmação está claramente demonstrada pelas negociações feitas n'esse sentido, de harmonia com as obrigações expressas nos tratados. Desde que entramos n'esse caminho a falla de participação de Portugal poderia trazer graves consequencias para*

¹ *A Lucta*, 1 de abril de 1915.

a nossa nacionalidade, indo talvez até ao nosso desaparecimento como nação livre ¹.»

Não quero ir tão longe como o official que pronunciou estas palavras e não quero chegar á affirmação de que a falta de participação de Portugal na guerra europeia comporte os funestos effeitos que elle deixou entrever. Quero mesmo admittir, contra todas as plausibilidades, que as razões de caracter material que nos tem impedido de retirar das forças do nosso exercito uma divisão de 20:000 homens, se mantém e são irremoviveis. O meu pensamento ao escrever este opusculo não foi o de empurrar o meu paiz para a guerra, mas o de o retirar, se isso fôr possível, do atoleiro em que o lançaram os erros dos homens. Se, portanto, nenhuma especie de collaboração militar podemos dar, ou vir a dar á Inglaterra, renunciemos a ella e renunciemos a discutil-a; mas uma questão fica de pé, que é preciso resolver e eu confio ainda que o patriotismo dos que o tem, que são felizmente ainda muitos, a resolverá.

Estamos dando á nação nossa alliada, segundo o revelou o sr. Brito Camacho, um concurso que não póde ser qualificado de militar, mas que é de guerra, e, por outro lado, não possuímos estabelecimentos de industria privada que fabriquem armas de guerra, o que quer dizer que as armas que fornecemos á Inglaterra são as do nosso exercito.

O caracter d'este concurso não é, como já vimos, maravilhoso e não contribue para a gloria do paiz e muito menos para a do exercito, a cujo prestigio elle associa o seu; mas—repito—se só esse podemos dar, demos só esse. Demol-o, porém, em circumstancias que não nos aviltem e tiremos pelo menos d'elle algumas vantagens publicas de cooperação. Definamos por uma vez a nossa situação internacional e enviemos os seus passaportes ao sr. Barão de Rosen, que ha dez mezes se compraz na sua Legação de Lisboa a rir das nossas vacillações.

Ou a Allemanha se apodera da Europa inteira para a esmagar, o que é hypothese. muito affastada, pois os seus *bluffs* homicidas não tem valor de guerra e a sua força militar está consideravelmente diminuida, ou acaba, como é de prever, no mais formidavel occaso que a hu-

¹ A *Capital*, 21 de novembro de 1914.

manidade ainda presenciou. Na primeira hypothese, Portugal terá o destino da Europa, na segunda será arrastado pelo destino das nações victoriosas. « *Creio* — dizia em agosto do anno passado a um redactor do *Corriere della Sera*, o sr. Delcassé, ministro dos Negocios Estrangeiros de França — *que a carta da Europa será remodelada por um secuto. O proximo congresso terá de desempenhar uma tarefa muito mais grave e pesada do que a dos diplomatas reunidos em Vienna, depois de Waterloo. A distribuição dos beneficios será proporcional aos sacrificios de cada um: a parte de cada um será proporcional aos seus esforços. Cada um receberá conforme o que der (chacun recevra selon son apport). Todas as nações tem portanto interesse em chegar ao congresso com alguma coisa nas mãos (ayant sa part d'actif).*

Se está assente que não devemos chegar ao congresso de que falla o sr. Delcassé senão levando nas mãos as armas que cedemos aos nossos alliados, cheguemos só com ellas, mas entremos ao menos n'esse conclave, de cabeça levantada, sem orgulho, mas sem humilhação. Esta these, creio deve conciliar todas as opiniões, mesmo as dos pusilanimos, pois a simples ruptura das relações diplomaticas de Portugal com a Allemanha e a Austria não nos traz hoje maiores riscos do que aquelles que temos corrido até aqui. E' um acto que não nos engrandece extraordinariamente, mas que nos arranca do vergonhoso equívoco da situação em que nos encontramos. — Demos então as nossas armas todas aos alliados, se elles precisarem d'ellas, mas que ellas saiam pela barra fóra, entre os nossos votos proclamados á luz do dia e á sombra do nosso pavilhão, desfraldado a todo o vento.

